

CC 13 – Título: A Bahia em Guerras
Coordenador: Marcelo Santos Rodrigues

ESCRavidÃO NO PENSAMENTO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO E ECONOMIA EM CANUDOS: A OBRA DE JOSÉ CALASANS¹.

*NASCIMENTO, Jairo Carvalho do

Este ensaio versará sobre dois temas estudados por José Calasans: o pensamento social de Antônio Conselheiro, quanto ao seu posicionamento diante da escravidão, e a economia de Canudos. Os primeiros autores que publicaram trabalhos acerca do episódio como Euclides da Cunha, Manoel Benício, Alvim Martins Horcades, dentre outros, não trataram do comportamento de Antônio Conselheiro diante do negro no cativo, do desenvolvimento e da organização econômica do arraial de Canudos. José Calasans foi o historiador que, a partir de 1950, conduzirá os parâmetros da pesquisa e os debates acerca da guerra de Canudos e de Antônio Conselheiro durante a segunda metade do século XX.

Os dois temas referidos acima serão discutidos a partir da leitura de dois trabalhos de José Calasans, *Antônio Conselheiro e os ‘treze de maio’* (1968) e *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico* (1973). Discutiremos, assim, à luz da bibliografia de José Calasans e de outros autores, o comportamento de Antônio Conselheiro diante da escravidão, a organização do arraial de Canudos, com ênfase na economia de couro, peles de gado e bode e a concentração da população em Canudos no processo de desorganização parcial na mão-de-obra regional.

O “discurso antiescravista” de Antônio Conselheiro

Conselheiro não foi apenas um “construtor de igrejas e cemitérios”, foi também um sujeito que versou em suas prédicas “discursos abolicionistas”: *“Um dos defeitos mais visíveis é ignorar-se a importância de Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro) como líder, agitador e organizador”* (MOURA, 1996: 93).

¹ Este trabalho é um resultado parcial do nosso projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado em História Social da UFBA, turma 2002/2004. Pesquisa financiada pelo CNPq.

A postura de Antônio Conselheiro diante da escravidão é um tema pesquisado, pioneiramente, por Calasans, como ele mesmo afirma que às “*informações aqui reunidas, até agora não usadas pelos modernos estudiosos do movimento de Canudos (...)*” (CALASANS, 1968: 95). Esse trabalho de José Calasans, apesar de não ser extenso, trata de uma questão importante: a configuração de Antônio Conselheiro como tendo sido um abolicionista — justamente em um contexto em que a política brasileira passava por um período nebuloso, a ditadura militar, e Antônio Conselheiro seria ou serviria como um exemplo de luta e resistência à opressão.

O contexto de produção desse artigo é o início da década de 1960, quando os pesquisadores da USP como Fernando H. Cardoso, Emilia Viotti da Costa, Fernando Novais e Octavio Ianni, dentre outros, sob a direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes, patrocinados pela UNESCO e pela Universidade de Columbia (EUA), produziram trabalhos que abordavam as relações raciais, o sistema escravista, a abolição, enfim, a transição entre o trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil (RUY, 2000: 16-21). Provavelmente, Calasans escreveu este artigo influenciado por essas novas discussões vindas do núcleo de Ciências Sociais da USP.

José Calasans evidencia um aspecto da vivência do místico cearense, o seu pensamento social: “*O Conselheiro não era, apenas, um pregador de feição religiosa. Também versava, nas suas longas prédicas, assuntos de ordem social e política*” (CALASANS, 1968: 92). A primeira notícia conhecida sobre o místico cearense vem de um pequeno jornal de Estância, *O Rabudo*, de 1874, ano em que ele apareceu de passagem pelo Estado de Sergipe, para depois se instalar na Bahia, na região de Itapicuru, onde chegou a fundar um pequeno arraial, o de *Bom Jesus*.

Em 1876, acusado de ter cometido um crime no Ceará, é preso em Itapicuru. De Itapicuru, seguiu para Salvador. Em seguida, foi enviado ao Ceará pelas autoridades policiais para ver a veracidade da denúncia na sua cidade natal, Quixaramobim. Comprovada sua inocência, retornou em 1877 aos sertões da Bahia, dando continuidade a sua obra social, construindo e/ou reformando capelas, igrejas e cemitérios, cavando pequenos açudes, etc.

Entre 1877 e 1893, ano da fundação do arraial do Belo Monte, Conselheiro intensifica sua vida itinerante, percorrendo várias localidades do interior da Bahia. Nessas andanças, vivenciou de perto o sofrimento e a miserabilidade em que viviam os escravos. Em suas prédicas, como veremos adiante, muitas delas anterior a 1888, ele comenta e condena essa situação vivida pelos negros. Algumas fontes usadas por Calasans, apesar de datarem num

momento posterior a 1888, seus conteúdos informativos narram fatos e acontecimentos anteriores a abolição.

Manoel Benício, correspondente do *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) durante a guerra, no livro *O rei dos jagunços*, de 1899, faz referências ao assunto – atitude de Conselheiro diante da escravidão – que, inclusive, são citadas por Calasans. Na primeira citação de Manoel Benício há apenas uma referência indireta, quando afirma que, de todas as mudanças sociais e reformas na administração pública, durante a transição da Monarquia para a República, apenas a abolição foi considerada positiva por Antônio Conselheiro: “*Fora contra a introdução do sistema métrico decimal no comércio e a única reforma que encontrou sua aquiescência, mais tarde, em 1888, foi a da abolição dos escravos*” (BENÍCIO, 1997: 51). Citando a reação de Antônio Conselheiro diante da República, quando este protestou contra a cobrança abusiva de impostos do funcionário municipal da cidade de Chorroxó que cobrou um imposto de uma vendedora na feira livre, valor que extrapolava o preço da própria mercadoria e, por isso, comparou o atual regime como sendo um retorno ao cativeiro, Benício não viu nas palavras de Antônio Conselheiro nenhuma forma coerente de pensamento, que indique um posicionamento consciente do líder cearense diante da exploração. Benício despreza o comportamento de Antônio Conselheiro diante dessa exploração: “*O efeito dessas bobagens pregadas por um homem tido como santo só pode ajuizá-lo quem viver no meio inculto de nosso sertão*” (BENÍCIO, 1997: 87).

Antônio Conselheiro pregava contra os impostos municipais, geralmente exorbitantes, em defesa da população humilde que, nos sertões, não tinham a quem recorrer. Ele percebia algumas mudanças, pois a exploração era percebida com clareza e ia de encontro a ela, não podendo aderir ao republicanismo, pois no atual regime as pessoas humildes continuavam ainda sendo exploradas e espoliadas.

Cesar Zama, médico e político baiano, autor de um libelo onde condenava as atitudes e as atrocidades cometidas pelo Exército e autoridades públicas, defendeu veementemente os conselheiristas e o líder Antônio Conselheiro. Ele não considerava Conselheiro como sendo um desequilibrado, um lunático. Porém, em nenhum momento faz menção ao discurso anti-escravista do Conselheiro:

“era um desequilibrado, um fanático, dizem; mas não servia aos partidos: nós o temos na conta de um crente, cujo espírito vivia em um sonho perenne entre os labores da terra e as esperanças de céu: trabalhava, orava e predicava” (ZAMA, 1989: 57)².

² Publicado originalmente em 1899.

Alvim Martins Horcades, aluno de Medicina que acompanhou o corpo médico na 4ª Expedição, escreveu em 1899, na *Descrição de uma viagem a Canudos*, sobre as atrocidades cometidas pelo Exército, como o degolamento. Apesar disso, ele considerava os conselheiristas como “*um grupo de irmãos degenerados*” (HORCADES, 1996: 1).

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha, outra testemunha ocular, correspondente do jornal O Estado de São Paulo, mostrou-se totalmente indiferente. Euclides chega a dizer que ele poderia ir tanto “*para a história como poderia ter ido para o hospício*” (CUNHA, [s.d.]: 121). Euclides traça um quadro psicológico totalmente negativo da figura de Antônio Conselheiro, tratando-o como um louco, um desequilibrado mental. Em nenhum momento, em *Os Sertões*, faz referência à questão do trabalho escravo, ou seja, as “*palavras escravo e escravidão não têm vez nas páginas de Os Sertões*” (CALASANS, 1968: 91), conforme assinala Calasans. Ou melhor: no seu conjunto da obra, que é rica no estudo da nossa sociedade, Euclides da Cunha não se atém a discutir o problema da mão-de-obra escrava. O pensamento pseudocientífico europeu (evolucionista e determinista) não se interessou em analisar a situação do escravo no país (MOURA, 1964)³.

O trabalho de Calasans, *Antônio Conselheiro e os “treze de maio”*, como afirmarmos anteriormente, tem o mérito de resgatar parte da experiência de vida de Antônio Conselheiro e abrir o debate sobre a sua provável postura abolicionista. Neste artigo, Calasans usou fontes até então desconhecidas pela maioria dos estudiosos. A primeira delas é uma matéria do Diário de Notícias da Bahia, de 31 de setembro de 1897, que tem um depoimento de um italiano que havia se encontrado com Conselheiro⁴, durante a sua estadia no interior da Bahia, trabalhando na construção de uma estrada de ferro. Segundo o italiano, Antônio Conselheiro havia dito, apontando para o povo:

“*Veja como esse povo, na sua quase totalidade escravo vive pobre e miserável. Veja como ele vem de quatro e mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã (...)*” (Diário de Notícias apud CALASANS, 1968: 93).

No lugar onde se deu esse encontro, denominado Saco, hoje Altamira, segundo Calasans, era na região de Itapicuru, onde existia um bom número de pequenos engenhos, onde centenas de escravos percorriam dezenas de quilômetros a pé para ouvi-lo: “*a praça*

³ No seu livro *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, ver especificamente sobre esse assunto o capítulo “Uma questão incômoda”, p. 67-73.

⁴ Esse encontro, na verdade, foi bem antes dessa data, até porque Conselheiro morre no dia 22 de setembro de 1897. O depoimento deve ter sido publicado devido a importância que a guerra alcançou no noticiário nacional.

estava cheia, tendo mais de duas mil pessoas, quase todos escravos ” (Diário de Notícias apud CALASANS, 1968: 93).

O Conselheiro reconhecia a miserabilidade da vida daquele povo, suas dificuldades, que ele mais do que ninguém conhecia de perto, pelo fato de ter sido durante um bom tempo um peregrino, percorrendo os sertões, acreditamos que, provavelmente, tecia comentários contra a causa dessa situação: a escravidão.

Outra fonte é um artigo publicado no Jornal de Notícias, da Bahia, de 5 de março de 1897, de autoria de Cícero Dantas Martins, Barão de Geremoabo, rico proprietário na região de Itapicuru e Geremoabo, que declarou que, com a abolição, aumentou e muito o séquito de Antônio Conselheiro, fato este que contribuiu para a desestruturação do trabalho nas propriedades rurais. O Barão de Geremoabo escreveu também que, antes mesmo da abolição, o trabalho já vinha sofrendo alterações, desorganizando-se, escravos ficando ociosos, devido à influência exercida por Antônio Conselheiro (BASTOS, 1995), (SAMPAIO, 1999)⁵.

A terceira fonte é o próprio manuscrito de Antônio Conselheiro, que foi publicado apenas em 1974, por Ataliba Nogueira. O próprio Conselheiro, em seus manuscritos, teceu comentários relativos a escravidão. Mesmo depois de abolida a escravidão ele trata novamente do problema no seu manuscrito escrito em Belo Monte, *Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a república*, datado em 12 janeiro de 1897:

era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano (...) Quantos morriam debaixo dos açoites nus, oprimidos da fome e de pesado trabalho. (...) Chegou enfim o dia em que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão.(Antônio Vicente Mendes Maciel apud NOGUEIRA, 1974: 180-181)

Nesses documentos fica evidente que após a abolição, um bom número de ex-escravos seguiu para Canudos:

O drama do ex-escravo, do ‘treze de maio’, desajustado, incapaz muitas vezes de viver sua nova vida, parece haver chegado ao Conselheiro. Os negros teriam ido procurá-lo como uma salvação. Ele lhes daria trabalho, alimentação, conselho. Amparo, numa palavra. Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista.(CALASANS, 1968: 94).

⁵ José Augusto C. B. Bastos, em *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*, analisa, à luz do pensamento de Gramsci, os discursos dos grandes intelectuais (Euclides da Cunha e Nina Rodrigues) e dos intelectuais tradicionais (do clero, Dantas Barreto, Barão de Geremoabo) na construção de uma visão negativa de Antônio Conselheiro e seu séquito. Ver especificamente o capítulo Barão de Geremoabo, p. 177-186. Ver também o trabalho de Consuelo Novais Sampaio, *Canudos: cartas para o Barão* (1999). A autora organizou este livro publicando 70 cartas recebidas pelo Barão de Geremoabo de parentes e amigos, onde o assunto mais corrente é Canudos e a falta de mão-de-obra na região.

A quantidade de negros em Canudos era extremamente significativa⁶. Essa presença está presente em vários depoimentos de amigos e parentes nas cartas dirigidas ao Barão de Geremoabo, conforme nos mostra Consuelo Novais (1999)⁷. José Calasans, em *O séqüito de Antônio Conselheiro* (1993), confirma através de outros depoimentos a presença marcante de negros em Canudos.

As fontes mencionadas por José Calasans, dá-nos subsídios para considerar Antônio Conselheiro como sendo um abolicionista? Os abolicionistas, normalmente como são definidos quanto a sua origem social pela historiografia, descendiam de famílias ricas ou eram profissionais liberais: médicos, advogados e juízes e alguns de origem modesta. Estes homens, de pensamento liberal, criaram associações, clubes para promover a campanha abolicionista. Em poucas palavras, “(...) o abolicionismo foi um fenômeno das cidades, que só bem tarde apresentou conexões com o meio rural” (QUEIROZ, 1987: 86). Eles tinham acesso aos jornais, onde publicavam artigos condenando a escravidão.

Antônio Conselheiro, por sua vez, não era burguês, nem liberal. Não era membro de nenhuma associação ou clube abolicionista. Não escrevia matéria em jornais. Apenas pregava. Importa a forma e os meios do discurso, se ambos atacavam o mesmo problema: a escravidão?. Rodrigo Ignácio e Romualdo Barroso, da Bahia, que eram clérigos abolicionistas, pregavam em seus sermões o fim do cativo, Antônio Conselheiro pregava em seus sermões a mesma coisa. Levando-se em consideração o clero baiano, por exemplo, no seu conjunto, ele não participou da campanha⁸. O clero baiano, em sua maioria, considerava-o um louco, um fanático. Antônio Conselheiro manteve ao longo de sua vida um bom relacionamento com alguns poucos clérigos: Agripino da Silva Borges (Itapicuru), Emílio de Santana Pinto (Abrantes), Antônio Porfírio Ramos (Inhambupe), Vicente Sabino dos Santos (Cumbe). Para José Calasans essa relação estaria condicionada por intrigas internas entre autoridades locais:

“O Conselheiro fazia perigar (...) o poder da autoridade eclesiástica (...). Em alguns lugares, os padres combatiam o peregrino, enquanto os delegados o amparavam, e

⁶ Marco A. Villa, em *Canudos: o povo da terra*, (1997: 243), baseando-se apenas na lista dos prisioneiros do Comitê Patriótico da Bahia, afirma que os negros só representavam 19% da população de Canudos. Segundo ele, a presença negra em Canudos não foi significativa ou importante.

⁷ Ver o capítulo *Canudos: a construção do medo*, p. 31-85.

⁸ Sobre a relação do clero com a escravidão ver a obra clássica de Luis Anselmo da Fonseca, *A escravidão, o clero e o abolicionismo* (1988), publicada originalmente em 1887. Sobre essa questão ver também o trabalho de Cândido da Costa e Silva, *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia* (2000). Neste livro, a relação de cônegos e as fichas de cada um deles, encontram-se entre as páginas 295-497.

vice-versa. Tal procedimento, com efeito, estaria condicionado às próprias discordâncias locais, muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas” (CALASANS, 1972: 65).

Um dos pontos altos da oposição do clero e que expressa a sua relação com os proprietários de terras, foi à missão comandada pelo frei capuchinho João Evangelista do Monte Marciano, em 1895, a pedido do Governador Rodrigues Lima, com o objetivo de despovoar o arraial: *“Por isso, de ordem e em nome do sr. arcebispo, ia abrir uma santa missão, e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral”* (MONTE MARCIANO, 1987: 4)⁹.

A tese dos que não concordam com a idéia de Antônio Conselheiro ter sido um abolicionista, é o fato dele não ter deixado além do manuscrito, nenhum outro documento que mostrasse a freqüência com que ele comentava o tema. Não dá para sabermos com que freqüência ele comentava o assunto em seus sermões, pois os registros são poucos e sempre de terceiros. Não obstante, diante desses fatos e das considerações levantadas no presente trabalho, acreditamos que Antônio Conselheiro foi um abolicionista que pregava dentro da sua visão de mundo, da sua vivência como peregrino que o aproxima dos “treze de maio”.

O trabalho de Calasans, enfim, serviu para abrir o debate, evidenciando a visão político e social do Conselheiro, que não era um "um caso notável de degenerescência intelectual", como afirmou Euclides.

Aproximando-se de uma abordagem thompsoniana (CARDOSO e VAINFAS, 1997), podemos dizer que Antônio Conselheiro, representante e líder de uma sociedade que vivia em Canudos ou em torno dela, deixando transparecer em seu comportamento e em suas atitudes, imbuídas de forte religiosidade, no cotidiano de uma sociedade dominada pelas elites rurais que oprimiam o povo, o seu questionamento e a sua forma de resistência diante do sistema:

Antônio Conselheiro foi um abolicionista plebeu, atuando na área do Nordeste, em uma região em que os líderes tradicionais do abolicionismo nunca atuaram dinamicamente, com uma mensagem dirigida às populações oprimidas e à massa dos escravos descontentes, muitos dos quais, possivelmente, saiam dos quilombos para ouvi-lo (MOURA, 1996: 98).

Canudos: economia e mão-de-obra local

“Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. (...)

⁹ Edição Facsimilada do original de 1895. Sobre esse relatório ver também o capítulo O Discurso Religioso (p. 107-145) do livro *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos* (1995), de José Augusto C. B. Bastos.

de tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino” (VILANOVA apud MACEDO, 1964: 67).

Honório Vilanova, sobrevivente da Guerra de Canudos, em entrevista a Nertan Macedo.

Honório Vilanova, irmão de Antônio Vilanova, maior comerciante de Canudos, nessa frase, transmite a idéia de que no arraial liderado por Antônio Conselheiro havia fartura, de que a economia da comunidade, coordenada por todos os moradores que ali estavam instalados, era estável e a produção auto-suficiente. Nas proximidades do rio Vaza-Barris, plantava-se milho, feijão, mandioca, abóboras, melancias, batatas, legumes, etc.

A historiografia clássica pouco retratou sobre a economia de Canudos. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, preocupou-se mais em traçar o perfil psicológico de Antônio Conselheiro e “seus jagunços” e na narrativa da guerra em si, do que descrever a economia do arraial. Alvim M. Horcades, em *Descrição de uma viagem a Canudos*, não faz comentários a respeito da organização do trabalho e da produção em Canudos.

Das obras clássicas, *O rei dos jagunços*, de Manoel Benício, é a que melhor trata essa questão, quando narra, resumidamente, aspectos da economia do arraial de Canudos, onde o “maior comércio era o de couros, especialmente de bode e carneiro, que abundavam como peste pelas caatingas” (BENÍCIO, 1997: 89), e das plantações as margens do rio, descrevendo o papel das mulheres na organização do trabalho.

Em 1964, Nertan Macedo entrevistou Honório Vilanova, sobrevivente do conflito, e publicou a série de entrevistas em livro, *Memorial de Vilanova*. No livro, não existe uma preocupação com a organização da economia no arraial, sobre este tema são poucas e pequenas frases de Honório, “soltas” ao longo do livro.

José Calasans, em *Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*, de 1973, ressalta a importância geográfica de Canudos para o desenvolvimento de uma organização econômica estável estava localizado

“à margem do Vaza-barria, numa região onde correm alguns afluentes do citado rio (...) o pequeno povoado desfrutava de posição privilegiada. É por que ali passavam as estradas do Cambaio, do Calumbi (...), de Massacará, de Jeremoabo, caminhos abertos à penetração do rio São Francisco” (CALASANS, 1973: 462)¹⁰.

¹⁰ Comunicação apresentada na 8ª sessão de estudos no VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Bahia, 2 a 8 de setembro 1973, Equipe B, no dia 7 de setembro. Encontramos essa comunicação no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 03 de julho de 2002. Esse trabalho foi publicado pela Revista da Academia de Letras da Bahia, em 1987.

Ademais, segundo ele, por essas estradas circulavam viajantes, vaqueiros e ferreiros, na qual se desenvolveu um criatório de bode e gado vacum, uma das bases econômicas das pequenas localidades do interior. A criação de gado vacum e de bode na região foi uma característica marcante na economia de Canudos, representando uma das principais fontes de renda. Esta economia ajudava a manter centenas de famílias que viviam da venda de couros e peles nas feiras locais. Da região de Canudos e das localidades próximas ao Rio São Francisco, como de outras localidades do interior, exportava-se gado e seus derivados (carne seca, carne salgada, couro e peles curtidas) para a capital da Bahia e outras regiões do país e para o exterior. (TABELAS 01 e 02).

O frei capuchinho João Evangelista do Monte Marciano, ao visitar Canudos em 1895, comentou que o terreno era “*optimo para a criação miuda, principalmente nas cheias do rio Vasa-Barris. Um kilometro adiante descobre-se uma vasta planicie muito fertil, regada pelo rio*” (MONTE MARCIANO, 1987: 4). No mesmo relatório, mais adiante, depois de contemplar as possibilidades econômicas do terreno, diz que morriam dezenas de pessoas diariamente, que a miserabilidade e a fome eram bem marcantes na comunidade. Como representante da Igreja e das autoridades políticas, o Frei Marciano mostrou uma imagem distorcida do arraial, apresentando a comunidade como um centro de bandidos perniciosos.

Comerciantes como Antônio Vila Nova, Norberto das Baixas, Joaquim Macambira e Antônio da Mota mantinham relações comerciais com diversas localidades da região. Os dois últimos já residiam em Canudos quando Antônio Conselheiro se instalou no povoado. Antônio da Mota, por exemplo, era um fornecedor de couro de bode para Cumbe (atual Euclides da Cunha) e Monte Santo (CALASANS, 1986). Segundo Calasans, Macambira, antes mesmo da chegada do peregrino em 1893, “*mantinha contatos com proprietários e autoridades dos lugares próximos, entre os quais desfrutava de bom conceito*” (CALASANS, 1973: 471).

Calasans chama a atenção para o fato de que Canudos era um povoado não muito diferente de outros povoados do interior da Bahia. Não era uma sociedade socialista, igualitária, como escreveria mais tarde Edmundo Moniz, em *A guerra social de Canudos* (1978). Segundo Calasans, os comerciantes e João Abade, que não era comerciante, mais uma espécie de “prefeito” do povoado, exerciam um papel político importante na comunidade. Eles possuíam as melhores casas do povoado, sendo comum à compra e venda de casas.

Enquanto se desenvolvia uma economia em Canudos, no geral, baseada no comunitarismo, e controlada pelos comerciantes do arraial, a maioria dos fazendeiros da região reclamavam da ausência de mão-de-obra em suas fazendas devido ao grande fluxo de migração dos trabalhadores para a comunidade de Canudos: “*Ao atrair o trabalhador rural com a sua prédica (...) e oferecendo-lhes terras férteis às margens do Vaza-Barris, Antônio Conselheiro contribuiu para que as fazendas e povoados circunvizinhos praticamente se esvaziassem(...)*” (SAMPAIO, 1999: 35). Calasans lista uma série de povoados de onde saíram a maioria de seus seguidores, bem como caracteriza os grupos que os seguiam e se fixaram em Canudos: “*Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Mirandela e Rodelas (...); pretos libertados pela lei áurea, conhecidos por “13 de maio(...)*” (CALASANS, 1973: 466).

Antes mesmo de proclamada a Lei Áurea, Conselheiro já era criticado pelos fazendeiros da região por desorganizar o trabalho nas lavouras, como vimos no início desse breve ensaio. Grandes contingentes de ex-escravos seguiram para Canudos. Yara Dulce B. de Ataíde, seguindo os passos de Calasans, em *As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro* (1993), acredita também que em Canudos a maioria da população era de negros e mestiços (pretos, pardos, cabras). População que, no período da guerra, aumentava razoavelmente, pois centenas de indivíduos que não moravam no arraial, mas eram simpatizantes de Antônio Conselheiro, muito deles compadres do peregrino, permaneciam em Canudos durante os combates¹¹.

Durante a guerra, a economia baiana fora bastante afetada, especialmente a partir do mês de fevereiro de 1897, quando o nível de exportações do Estado sofreu uma redução significativa (TABELA 03). Provavelmente, essa redução no valor de exportação tenha sido causada por essa ligeira desorganização e diminuição da mão-de-obra em diversas propriedades da região, aliada ao empenho empreendido do Governo da Bahia em derrotar e eliminar o foco conselheirista, deixando de lado as questões econômicas do Estado.

Considerações Finais

Os dois trabalhos de José Calasans mostra-nos a importância que teve Antônio Conselheiro como líder, orador e organizador de massas, pois seus conselhos e suas prédicas

¹¹ O trabalho de Maria Márcia Pereira, *Belo Monte: viver e conviver*, dissertação de Mestrado em História pela UFBA (2000), trata, dentre outras coisas, da construção da relação de *compadrio* entre Antônio Conselheiro e a população local.

relativas a escravidão atraiu um número significativo de pessoas, contribuindo com a desestruturação da mão-de-obra na região, sendo responsável pela organização de uma comunidade de mais de 15.000 pessoas, comunidade que em nenhum momento sofreu com algum problema de abastecimento de alimentos, pois tudo que eles necessitavam, plantavam em torno do rio, alguns viviam da venda de couro nas feiras locais.

Todas as questões analisadas por José Calasans foram formuladas no final da década de 1960 e meados da década de 1970, momento em que se desenvolve um novo olhar da historiografia sobre Canudos, em busca de uma interpretação não-euclidiana, na qual ele próprio despontava como seu principal estudioso.

*Mestrando em História/UFBA.

E-mail: jbelomonte@zipmail.com.br

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Associação Comercial da Bahia
Livro Relatório da Associação Commercial da Bahia, 1895. *Relatorio da Directoria da Associação Commercial da Bahia de 1895.*
- Associação Comercial da Bahia, 1897. *Relatorio da Directoria da Associação Commercial da Bahia de 1897.*
- Arquivo Público da Bahia
Seção Alfandegária. n. 951. Exportação das mercadorias nacionais navegadas por Cabotagem, 1882 a 1883.
- Centro de Estudos Baianos/Núcleo do Sertão
Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1987. (Edição Facsimilada do original de 1895).

Bibliografia: Livros e Artigos

- ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 89-99, 1993.
- BASTOS, José Augusto Cabral Barretto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos.* Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.
- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos.* 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. (Publicado originalmente em 1899, pela Tipographia do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro).
- CALASANS, José. Antonio Conselheiro e os “treze de maio”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano X, n. 47, maio/jun. 1968.

- _____. O “matricídio” de Antônio Conselheiro. *Revista Brasileira de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 61-69, out./dez. 1972.
- _____. *Quase biografia de jagunços (o séquito de Antônio Conselheiro)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1986.
- _____. Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Bahia, 2 a 8 de setembro 1973.
- _____. O séquito de Antônio Conselheiro. *Revista da FAEBA*, Salvador, ano 2, n.º especial, p. 49-54, jan./jun. 1993.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, EDUFBA, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, [s. d.].
- FONSECA, Luis Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EGBA; EDUFBA, 1996. (Reimpressão de “Descrição de uma viagem a Canudos, publicado originalmente em 1899, pela Litho-Typographia Tourinho, Salvador).
- MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1983.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe. *O Olho da História*, Salvador, UFBA, v. 2, n. 3, p. 93-98, dez. 1996.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- PEREIRA, Maria Márcia. Belo Monte: viver e conviver. Salvador, 2000, 146 p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
- QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é história)
- RUY, José Carlos. Do escravo ao cidadão: visões do Brasil (sexta-parte). *Princípios*, São Paulo, n. 57, p. 16-21, maio/jun./jul. 2000.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ZAMA, César. *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1989. (Edição Facsimilada do original de 1899).

Anexos

Tabela 01

Exportação das mercadorias nacionais navegadas por Cabotagem, 1882 a 1883. 3ª Seção.

Produto ¹²	Alagoas	Pernambuco	Rio G. do Sul	Rio de Janeiro	Sergipe	Total
Assucar (B)			46:878.400	22.500		46:995.750
Aguardente	1:341.250		1:680.000	271.000	1:339.648	4:631.898
Algodão em fio	2:017.000	30:612.000	16:994.000	28:136.000	9:352.000	169:585.800
Algodão em tecido	149:568.040	271:616.000	15:095.000	32:413.000	70:320.616	616:061.856
Azeite animal	305.800	911.613	2:063.637		499.580	4:651.630
Azeite vegetal e óleos	359.010	3:499.510	691.000	11:233.570	60.000	20:520.720
Cacau		288.000		10:010.225		10:298.225
Cachaça	144.764				527.329	672.093
Café com casca	2:725.540				3:382.753	6:108.293
Café pilhado	21:807.796	363.200		184.100	45:548.883	68:614.979
Carne seca/carne salgada	2:068.400	4:755.600		40.000	46:945.587	53:809.587
Chapeos de pello de seda	976.000	1:033.000				2:009.000
Chapeos de pello de animal	2:596.700	8:899.600			3:203.000	33:756.800
Cocos da Bahia			4.552.000	7:579.195		13:472.195
Couro e peles curtidas/Couro seccos		3:835.970		21:375.096		25:211.066
Doce em massa/secos/caldas	96.000	14.000	717.320	3:808.260	57:549.510	62:375.890
Farinha de tapioca		388.750		90.000		571.250
Farinha de mandioca	4:278.500	24:997.200		3:098.000	24:249.450	57:148.850
Frutas frescas e seccas	172.200	36.000		9:772.000	99.120	10:331.420
Fumo em folha	3:914.019	10:905.986	262.540	46:722.455	7:907.732	83:436.927
Fumo em corda				3:028.040	2:232.100	5:370.580
Fumo em charutos	9:660.597	61:110.950	48:701.810	118:450.940	12:882.182	387:520.323
Fumo em "rapé"	6:549.020	7:141.910		270.880	7:312.730	36:207.490
Fumo picado					1:943.806	1:943.806
Fumo em cigarro	1:027.166	53.160		124.200	14:957.370	16:269.586
Ervas, tinturas e/ou cascas medicinais	307.152	50.000	225.000	736.000	464.749	1:782.901
Louça de barro	28.400	8.320	206.560	160.000	1:628.000	2:382.800
Madeira		180.000	240.000	7:074.400	4:495.000	12:084.400
Piassava (em cordas e/ou vassouras)	326.115	4:731.598	1:557.293	7:978.675	6:484.150	23:049.471
Sebo	4.500			2:406.222	23:017.360	25:428.082
Sabão	36.160			106.000	630.000	772.160
Diversos produtos/vários artigos	16:319.940	18:757.575	1.780.160	31:298.962		102:717.317
					Total:	1:905.847.145

Fonte: Arquivo Público da Bahia. In: Seção Alfandegária, n.º 951.

Tabela 02

¹² A relação de produtos segue a ordem de registro do livro de receita de exportação do Estado. Na elaboração dessa tabela, elegemos apenas os Estados para os quais a Bahia exportou a maior quantidade de produtos. Ademais, não incluímos alguns produtos de menor expressão que estavam na lista de exportação como *bolachas e biscoitos e palha em bruto*, dentre outros, cada um com apenas um registro de exportação, e com baixos valores. Os registros de exportação dos produtos, na maioria, não são mensais, não constavam em todos os meses do ano. Por exemplo, a Bahia exportou *algodão em fio* para o Ceará durante um ano, de julho de 1882 a junho de 1883, todos os meses. E *fumo em folha*, para o mesmo Estado, a Bahia exportou durante seis meses.

Mapa de exportação dos principais gêneros deste Estado para os paizes, 1895

Gênero	Quantidade
Assucar (Barricas/Saccos/Branco-Kilo/Mascavado/Kilo)	2 / 88553 / 180 / 6198710
Algodão (Fardos ou Saccas/Kilogrammas)	— / —
Aguardente (Pipas)	164
Café (Saccos/Kilogrammas)	284766 / 17085960
Cacau (Saccos/Kilogrammas)	110352 / 6621120
Fumo ou Tabaco (rolos em corda/mangotes em corda/fardos em folha/Kilogrammas dos Fardos)	9247 / 7484 / 293697 / 234957760
Charutos (Volumes)	74
Couros (Salgados, Seccos)	35314 / 23996
Diamantes (Volumes)	1
Piassava (Volumes, Fardos)	57738 / 19350
Coquilhos (Volumes)	3245
Madeiras (Diversos Toros, Pau Brazil, Jacarandá Toros)	578 / 21538 / 4463
Tapioca (Volumes)	—
Pelles de cabra (Volume)	1746
Chifres (Volume)	1211
Farinha de Mandioca	—

Fonte: Associação Commercial da Bahia. In: Livro Relatório da Associação Commercial da Bahia, 1895. *Relatorio da Directoria da Associação Commercial da Bahia de 1895.*

Tabela 03

Demonstrativo mensal do valor official da exportação deste Estado, seus direitos estaduaes e municipaes, e a respectiva totalidade no anno 1897, segundo os dados publicados pela Directoria de Rendas do Estado

Mezes do ano 1897	Valor Mensal e Official da Exportação	Direitos de Esportação		
		Estaduaes	Municipaes	Totalidade dos Direitos
Janeiro	4.128:611\$660	640:031\$817	31:172\$026	671:203\$843
Fevereiro	6.461:971\$695	1.050:360\$841	43:603\$736	1.093:964\$577
Março	4.589:571\$670	752:005\$128	26:930\$451	778:935\$579
Abril	4.148:081\$370	678:651\$569	37:913\$766	716:565\$335
Maio	5.354:676\$380	678:651\$235	49:054\$942	727:113\$177
Junho	4.104:848\$490	654:686\$622	48:685\$185	703:371\$807
Julho	4.547:601\$510	758:041\$095	57:506\$929	815:548\$024
Agosto	3.386:098\$465	551:438\$265	40:306\$144	591:744\$409
Setembro	3.035:878\$120	472:508\$370	41:884\$127	514:392\$497
Outubro	2.873:756\$680	447:702\$041	41:161\$857	488:863\$898
Novembro	2.095:564\$330	320:943\$714	31:334\$783	352:278\$557
Dezembro	3.528:132\$930	560:677\$447	42:664\$484	603:341\$931
Totalidade	48.254:793\$300	7.565:105\$204	492:218\$430	8.057:323\$631

Fonte: Associação Commercial da Bahia. In: Livro *Relatório da Associação Commercial da Bahia*, 1897. Relatório da Directoria da Associação Commercial da Bahia apresentado na sessão da Assembléa Geral ordinaria de 24 de março de 1898.

Do “Consenso” ao “Caos”: a Independência na Bahia

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Introdução

No artigo “O Jogo Duro do Dois de Julho:”, João Reis afirma que a “Bahia tem a personalidade de um

país e o Dois de Julho é seu principal mito de origem”.¹³ O observador mais atento percebe a força deste traço cultural na Bahia, assim como a importância do Dois de Julho para os baianos, tanto como fato histórico, quanto em sua representação cívica festiva anual¹⁴, cuja importância se traduz em um feriado estadual.

As festividades, que congregam em seu desfile pelas ruas da cidade refazendo parte do trajeto das tropas libertadoras da cidade na manhã de Dois de Julho de 1823, é composta de autoridades e pessoas comuns, políticos das mais diversas correntes ideológicas e partidos, gente da capital, do recôncavo (áreas diretamente envolvidas nos conflitos de 1822-1823) e mesmo do sertão (como os “Encourados de Pedrão”), todos fazendo parte de um mesmo cortejo, formando, no conjunto, a idéia de que a Guerra que precedeu a libertação da Bahia das tropas portuguesas é fruto de um amplo acerto político envolvendo os mais diversos setores sociais em busca de um objetivo em comum – a independência.

A historiografia tradicional sobre o tema, também, tratou de construir a noção e imagem de que a independência na Bahia foi gestada por um consenso¹⁵. Na sua construção buscou-se apagar da luta as tensões e conflitos entre os “brasileiros”, dentre os quais “havia divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais”.¹⁶

Uma sociedade marcada pela escravidão, com sua estrutura social fortemente hierarquizada, dividida entre grandes proprietários de terra, outros menos abastados, setores médios urbanos e despossuídos em geral, com um vasto potencial de produção de gêneros para exportação, mas também de consumo interno, não poderia, num momento de crise institucional como o que caracteriza o de independência, onde o que está em jogo é, antes de tudo, o poder e seus desdobramentos, deixar de apresentar tensões e conflitos. Escravos e senhores, elite e povo, aquela dividida por representantes de diversos lugares, produtores diversos, grandes e pequenos proprietários, enfrentavam um confronto latente, muitas vezes manifestado de forma direta. Naquele momento haviam diferentes “projetos” de independência em jogo, e quando os ânimos se acalmassem, seriam identificados os vencedores e vencidos.

A partir deste momento passo a analisar um evento que representa um pequeno extrato do conflito. Um episódio que, isoladamente, não traduz o nível de tensões e conflitos que a guerra abarcava no lado “baiano e

¹³ REIS, João J. “O Jogo Duro do Dois de Julho: O ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. p. 79.

¹⁴ Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)*. Salvador: UFBA/Mestrado em História, 1997.

¹⁵ Ver: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957; PINHO, Wanderley. *A Bahia, 1808-1856*. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.

¹⁶ REIS, João J. *op. cit.* p. 79

brasileiro”, nem possui em si todos os campos e setores sociais, atores destas tensões durante a Guerra de Independência, mas que carregam em si a dimensão contraditória da guerra que lhe é inerente.

A imagem da independência

Dentre os historiadores que publicaram sobre a Independência do Brasil na Bahia, destaca-se Braz do Amaral. Escrevendo mais de um século depois, vinculado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o autor traz em sua obra “História da Independência na Bahia”¹⁷ uma versão que sedimenta a noção que outros escritores anteriormente haviam proposto, que aqui chamo de consenso. Apesar da sua irrefutável e inestimável contribuição para a História da Bahia, a obra de Braz do Amaral apresenta o povo e a elite da Bahia como blocos homogêneos, estes últimos conduzindo aqueles, pelos caminhos da unidade nacional.

As elites, nesta obra, nunca aparecem no plural, pois foi apresentada como um bloco homogêneo. As diferenças políticas são justificadas como querelas pessoais, muitas vezes explicadas mais pelo gênio dos protagonistas que por suas diferenças políticas. Nem mesmo um acontecimento eminentemente político, como a destituição e prisão do General Labatut, enviado por D. Pedro, pelas tropas lideradas por grandes proprietários do recôncavo da Bahia, ganha por parte do autor cores personalistas, posto que estes (Lima e Silva, Barros Falcão e Felisberto Caldeira) “cometeram a falta gravíssima de tramarem uma conspiração contra o seu general, em campanha, por motivos de interesse pessoal deles e não pelo serviço e bem público...”¹⁸.

Braz do Amaral evidencia um povo que participa ativamente dos fatos que ilustram a Guerra de Independência em sua obra. Povo que, de há muito, acumulava insatisfações contra a Coroa portuguesa e sua política colonial. Nutria, ainda segundo esse autor, um sentimento de injustiça e opressão que materializada em sua miséria e nas humilhações que sofria por parte dos portugueses.

No momento da guerra, ou pouco antes dela, apareceria a oportunidade do povo manifestar “desabafos das paixões populares, quando por muito tempo contidas, e do ressentimento do partido mais fraco que se vingava como pode de longos e sopitados sofrimentos”.¹⁹

No entanto, para Braz esta massa não possuía, ela própria, capacidade auto-organizativa. Ao manifestar-se, como no episódio do Conde dos Arcos, o povo é “arraia miúda (...) mandada ou sugestionada”.²⁰ Ao apedrejar a procissão de São José, fizeram-no “por inspiração própria, ou por inspiração de gente de esfera superior”.²¹ Ou seja, a massa que precisava ser conduzida.

Destaca a ação dos “homens bons”, os Heróis da Independência, que ora aparecem como tradutores e construtores da vontade popular, ora mesmo como “civilizadores” do povo. Neste sentido, as Câmaras são espaços privilegiados:

“o movimento revolucionário se fez com o auxílio das milícias e (que) foi orientado e dirigido pelas Câmaras Municipais. (...) Organização plebéia, e refúgio das liberdades públicas...”

¹⁷ AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

¹⁸ Idem, *Ibidem*. p. 371.

¹⁹ Idem, *Ibidem*. p. 159.

²⁰ Idem, *Ibidem*. p. 37.

²¹ Idem, *Ibidem*. p. 159.

“Nestas instituições residia toda a força da vida popular, porque elas serviam ao mesmo tempo como órgãos de consulta à opinião pública e como corpos por meio dos quais o povo resolvia o que desejava fazer”.²²

Anula-se, assim, qualquer conflito entre os grupos sociais presentes no processo. “Povo” e “elites”, neste momento, apresentam-se coesos e articulados, desaparecendo, diante do inimigo em comum – a opressão portuguesa – toda e qualquer diferença ou motivo de confronto, como bem demonstra o trecho a seguir:

“O pensamento da independência do Brasil andava de há muito no espírito dos filhos do país, *não só dos pertencentes às classes mais abastadas, como dos nascidos do povo*, o que indica ser uma aspiração que já havia alcançado todas as classes da sociedade”²³ (grifo nosso).

Luis Henrique Dias Tavares, alguns anos depois de Braz do Amaral, apresenta a “História da Independência do Brasil na Bahia”²⁴, na qual pretende, ao contrário de Braz, que dedica sua obra à glorificação da Bahia no processo de Independência, demonstrar a sintonia política que existia entre as elites baianas e as elites ligadas a D. Pedro I, no intuito de “costurar” politicamente uma independência conservadora que mantivesse as benesses políticas e econômicas sob o controle dos grandes proprietários de escravos e terras.

Centrando fogo nesta tese com argumentação nos acertos políticos interprovinciais, Luis Henrique explora pouco as tensões políticas internas nas elites baianas, assim como as tensões próprias dos setores populares. Apesar de não avançar mais neste sentido, sua obra abre espaços em direção ao reconhecimento das contradições entre diferentes setores sociais, tanto das elites quanto do povo, no que se refere aos seus projetos e desejos da realidade social que queriam construir a partir da independência. Cita as diferenças de interesses entre as vilas e entre os proprietários –homens “conservadores” – e os setores “radicais” e “anarchicos”. Para ele, a demora em estabelecer formalmente o governo provisório é um exemplo de tensões internas entre proprietários de diferentes vilas:

“Excessiva preocupação com o ufanismo baiano tem deixado de observar que um governo com tais propósitos não poderia se formar sem divergências. É inegável que existiram e que eram ponderáveis...”²⁵

Ao contrário do que durante muito tempo se propagou e acreditou, não havia na Guerra pela Independência apenas uma luta contra os portugueses e a ocupação da cidade do Salvador na tentativa da recolonização da Bahia. Esta era apenas a mais visível delas. Nas entranhas da aparente homogeneidade do termo “baianos”, escondiam-se diferenças, tensões, conflitos e mesmo confrontos entre diferentes setores sociais, fossem eles de um mesmo grupo social (da elite, próximos a ela ou dela distantes) ou de grupos antagônicas. É neste sentido que apontam as mais recentes pesquisas e o que nos mostram os documentos referentes ao episódio que adiante será discutido.

Sociedade na Bahia do século XIX

²² Idem. *Ibidem*. p. 177-8.

²³ Idem. *Ibidem*. p. 10.

²⁴ TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

²⁵ Idem. *Ibidem*. p. 103.

A complexidade social que caracteriza a Bahia em vésperas da Independência já foi discutida pela historiografia recente. Dois historiadores se destacaram neste sentido. Kátia Maria de Q. Matoso, em artigo intitulado “Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência”,²⁶ apresenta argumentos de Roland Mousnier, elaborando cinco estratificações superpostas para definir papéis e posições sociais, quais sejam, a jurídica, a social, a econômica, a de poder e a ideológica.

Já João José Reis, em seu trabalho intitulado “A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840”²⁷, discorre sobre a impossibilidade de aplicar o conceito clássico de classe em qualquer grupo social do período, apesar de dividi-los em escravos, camadas livres e libertas da população e a elite.

Tomando emprestada de Thompson a noção de classe como fenômeno histórico pautado na experiência e consciência de fazer-se²⁸, legando a estes sujeitos históricos, não lugares fixos de onde possam ser apreendidos, mas um conjunto de relações que se dão e transformam-se no tempo, devemos considerar o começo do século XIX na Bahia como lugar privilegiado de múltiplas experiências destes sujeitos históricos. De uma forma ou de outra, é certo que tal construção social só pode ser fruto de uma correspondente complexidade realizada no âmbito das relações econômicas e de trabalho, através de uma lógica de produção material e cultural que extrapole o reducionismo senhor-escravo de um lado, e açúcar-latifúndio-escravidão-exportação, de outro.

A versão da historiografia tradicional estabelece um cenário estático e monolítico para a economia da Bahia, em especial do Recôncavo, definida *a priori* como uma região de agro-exportação de açúcar, com base na mão de obra escrava e no latifúndio, suprimindo a importância dos segmentos intermediários de trabalhadores livres, de pequenos proprietários de terras, apresentando os grandes senhores de terras e escravos – os senhores de engenho principalmente – como um grupo homogêneo e qualquer outra atividade econômica que não seja a produção e exportação do açúcar como complementar ou secundária.²⁹

Em seu estudo sobre o Recôncavo baiano, Stuart Schwartz faz uma análise da economia açucareira baiana desde sua implementação, desde o século XVI³⁰. No entanto, o autor perde de vista a complexidade que diz respeito à diversidade da produção agrícola da região, analisando apenas a produção açucareira, deixando de lado o fumo e a mandioca, dentre outros, além de desconsiderar o grande contingente de médias e pequenas propriedades, muitas delas sem escravos ou com muito poucos, existentes nas diversas paróquias da região. Acaba apresentando um cenário econômico regional essencialmente próximo daquele tradicionalmente representado pelo trinômio escravidão-latifúndio-agroexportação, afirmando que, apesar de outras atividades, “o açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira”³¹.

Outro trabalho de Barickman³² é uma inovadora contribuição para a análise histórica da economia e sociedade baiana na época das lutas pela independência. Esta contribuição diz respeito à noção de uma estratificação social complexa, superando a visão quase que maniqueísta de senhores-de-engenho *versus* escravos, abrindo espaço para uma dinâmica social que incluía setores intermediários, ligados principalmente à

²⁶ MATTOSO, Kátia M. de Q. *Sociedade e Conjuntura na Bahia nos Anos de Luta pela Independência*. Universitas, 1973.

²⁷ REIS, João J. *A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840*. Revista de História n° 108. São Paulo, 1976.

²⁸ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1*. Prefácio.

²⁹ Ver: PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

³⁰ SCHARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

³¹ Idem, *ibidem*. p. 209.

lavou de pequeno e médio porte, o que fugia à convencional versão do latifúndio como padrão de propriedade para o Recôncavo Baiano.

A diversidade produtiva, que incluía, principalmente, mas não somente, o fumo e a mandioca para a fabricação de farinha, gerava diferentes interesses e inserções sociais e políticas dos proprietários. O padrão de trabalho nessas terras também variava de acordo com a cultura em questão e o tamanho da propriedade, variando desde os grandes latifúndios com grandes plantéis de escravos, até as pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, tornando mais rica e complexa a realidade social em questão.³³

Aponta, portanto, a tese de Barickman, em direção a uma complexa rede de poder em disputa, alimentada por diferenças dos proprietários entre si, e estes com os trabalhadores, possibilitando tensões intra-regionais, principalmente num momento de delicado equilíbrio como o da Guerra de Independência, quando uma simples nomeação para o Cargo de Sargento-mor das Ordenanças poderia significar uma grande causa para se lutar.

O Conflito pela Nomeação

Nomeado como Comandante das Ordenanças do Terço da Villa de Nossa Senhora de Nazareth das Farinhas pelo Governo Provisório em 8 de setembro de 1822, o Sargento-mor Joaquim José de Santa Anna Lisboa não encontrou na referida vila um ambiente acolhedor. Ao contrário havia, segundo ele,

“hum absoluta rebeldia nos Officiaes do meu Terço, rezidentes na Povoação de Nazareth qual alucinados por vertiginozos prencípios, e em um formal desprezo as Ordens desta Ex^{ma} Junta cuja autoridade devia ser por elles reconhecida”

Os oficiais se recusavam a dar-lhe posse, reconhecendo como comandante ao Capitão Francisco da Costa Faria, o qual, segundo Lisboa,

“esquecendo da Subordinação Militar que lhe dictava sugeição a minha Patente e ao Comando que exerço das Ordenanças, pela auzencia do Capitão-mor do mesmo Terço, teve o despeito de remeter-me hum Offcio querendo-me compellir a ir em aquella Povoação tomar o determinado juramento, onde proceguiria na mantença de seus insobordinados intento; e não contente ainda na perpetração de semelhantes actos chega com espoliação de meus direitos e insultos da minha Patente e Comando que exerço a publicar em seu nome a Portaria.”

Lisboa enviou, então, carta à Junta, pedindo que ela que,

“com autoridade que lhes hé essencial queirão pór termo a os insultos e desobidencias de hum Official meu subalterno fazendo-o conter nos limites da subordinação militar, agora mais que nunca neceçaria para a ultimação da Grande Cauza em que nos achamos empenhados.”

Lisboa não foi o único descontente. Quatro capitães de distritos de Nazaré escreveram também à Junta expondo seu descontentamento com a nomeação de Lisboa para o cargo em questão. Enumeraram motivos para tal atitude e, evocando o caráter democrático da referida Junta, e arvorando-se em nome do “Povo e Tropa” das

³² BARICKMAN, Burt. *A Bahian Counterpoint*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

³³ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX*. (Mestrado) Salvador UFBA, 2000.

povoações de Nazaré, solicitaram e mesmo exigiram a nomeação do Capitão Francisco da Costa Faria, já aclamado por vontade popular.

Tais Capitães desqualificaram Lisboa, alegando que ele “nunca serviu na mínima couza á cauza abraçada”, classificado como “inimigo do nosso socego” e até referido como “rezidente em Jaguaripe”. Por outro lado, Faria aparece como alguém “que tinha e tem direito por seus duplicados serviços [...] de cidadão tão circunscrito”.

Grande argumento para este pedido é “a vontade do Povo”, que “não quer reconhecer a outro por Comandante, mas sim o dito Capitam”. Entre implorações e exigências há quem tema “effusão de sangue” caso não sejam contemplados em seu pleito o povo e tropa de Nazaré.

Mesmo com tantas manifestações contrárias, em 21 de outubro Joaquim Jozé de Santa Anna Lisboa ainda respondia pelo posto a que foi nomeado pela Junta, o que não pode ser interpretado como uma vitória dele e da Junta, posto que na correspondência desta data, relata insubordinações por parte de oficiais, os quais se recusavam a aceitar ordens do dito Lisboa.

Apesar do curto período em que estes fatos têm lugar, e da aparente insignificância da disputa de um cargo de importância limitada em uma vila que não é das centrais na construção da luta, tal disputa aqui apresentada motiva reflexões sobre o clima de intranquilidade vivido no Bahia daquele período.

O cargo em questão, apesar de ser um cargo limitado à vila³⁴, ganha importância política nos tempos da guerra. Responder pelas tropas auxiliares de uma vila produtora de um gênero como a farinha de mandioca, imprescindível para o sustento das tropas e do povo, ressaltava pela escassez de alimentos que acompanha à guerra. A importância estratégica destes suprimentos tinha que ser de perto acompanhada pela Junta Interina de Governo.

O governo Provisório, neste instante, era formado por representantes de diversas vilas, inclusive Nazaré, mas amplamente dominado pelas vilas ligadas à produção agro-exportadora, as quais ocupavam os cargos mais importantes da Junta, nas figuras de Francisco Elesbão Pires de Carvalho, por Santo Amaro, e Francisco Gomes Brandão Montezuma, por Cachoeira, respectivamente Presidente e Secretário.

O próprio Lisboa é oriundo de uma vila que, além de mandioca, produzia açúcar³⁵, o que pode demonstrar que sua nomeação foi uma tentativa de implementar uma hegemonia política de um suposto “bloco” açucareiro dentro da coalizão de vilas que se representavam na Junta, logo rechaçada pelos habitantes de Nazaré.

Com relação ao estado de “anarchia” e “desordem” que Lisboa descreveu em suas correspondências, é importante identificar quem são os rebeldes. Primeiro saber dos oficiais em questão a que setores sociais pertencem. Depois, que relação construíram com o Povo e Tropa a ponto de se manifestarem publicamente contra Lisboa. Que soldados e populares não tenham participado de manifestações contrárias à nomeação é pouco provável, posto que o próprio Lisboa concorda neste ponto com os Capitães seus opositores. Resta-nos saber se tais capitães falavam como legítimos representantes da vontade popular que propalavam ou apenas a manipulavam para manobras políticas que contemplassem seus interesses. Esperamos que a consulta aos bens de comandantes e oficiais esclareçam que interesses possuíam. Vamos aos documentos.

Caminhos

³⁴ Ver: SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos*:. pp. 97, 98 e 430.

³⁵ BARICKMAN, Bert. *op. cit.* p.

È emblemático que não haja menção em nenhuma das obras sobre o fato deste desentendimento. Talvez por não estarem registrados em relatórios oficiais, ou ainda por não ser nele reconhecida alguma importância. Mas a existência de eventos como o aqui trabalhado contribui para balizar a pesquisa que ora esta proposta.

Primeiro, a necessidade de dar voz e cara aos setores sociais que, se de um lado foram protagonistas diretos da construção de sua liberdade e luta, não tiveram ainda a devida importância reconhecida como agentes históricos, donos de seus sonhos, de suas conquistas e derrotas. Dar voz aos “becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores” de quem lembra Thompson, para, como sugere Jim Sharpe, “convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.”³⁶

Também leva a uma possível contribuição para o debate sobre a complexidade do tecido social na Bahia no século XIX, assim como da sua economia, contribuindo para a ultrapassagem definitiva do esquematismo, avançando em busca de uma melhor compreensão da real diversidade que dá a cor da Bahia nesta época.

Enfim, evidenciar agentes históricos vivos e reais, contendo em si as contradições típicas e próprias de quem viveu um período de rápidas transformações, em que se forma, ou ao menos se busca formar, não só um país, mas também um povo, filho das suas próprias passadas, vezes vacilantes, vezes decididas, em tão inusitado caminho.

³⁶ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1.* p. 13; SHARPE, Jim. “*A História Vista de Baixo*”. In BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História.* p. 62.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)* Salvador: UFBA/Mestrado em História, 1997.
- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.
- BARICKMAN, Bert. *A Bahian Couterpoint*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX*. (Mestrado) Salvador UFBA, 2000.
- PINHO, Wanderley. *A Bahia, 1808-1856*. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.
- REIS, João J. *O Jogo Duro do Dois de Julho: O "Partido Negro" na Independência da Bahia* in: *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Nova Fronteira, 1995.
- SHARPE, Jim. *A História Vista de Baixo*. In BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1—A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

O ALTO SERTÃO BAIANO NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

Argemiro Ribeiro de Souza Filho³⁷; Prof. Dr. Ubiratan de Castro Araújo³⁸

O Alto Sertão Baiano, notadamente, os moradores das vilas e distritos de Rio de Contas e Caetité, vivenciou a guerra de Independência (1822-1823) como um fenômeno político e social de uma sociedade escravista mergulhada na aguda crise que caracterizou os momentos finais da América portuguesa. Foi um período cercado de intensas contradições sociais que transformaram a construção da brasilidade em processo complexo, expresso em mais de um projeto de Nação.

Privilegiando as abordagens que retratam a importância e lugar da política-social na história, procuramos apreender as concepções, interesses, afinidades e desacordos entre os projetos políticos intentados pelos agentes sertanejos que, mesmo enviando homens, auxílio financeiro, munições, armas e víveres para o recôncavo baiano em guerra, não puderam escapar às fortes tensões sociais, percebidas na violência direta ou indireta, e, por isso, reveladora de novos nexos da intrincada trama que demarcou a emancipação do Brasil.

³⁷ Mestrando em História pela UFBA. E-mail: mirovisky@hotmail.com.

³⁸ Orientador. Departamento de História da UFBA.

A conquista e ocupação do alto sertão baiano, entre os séculos XVII e XVIII, envolveram uma indissociável intersecção entre interesses dos que ingressavam no interior da colônia em busca de novas oportunidades de riqueza e os diversos agentes coloniais que enxergavam na expansão das fronteiras agrícolas e comerciais possibilidades concretas para aumentarem seus lucros. Foram, afinal, as potencialidades de comércio, através da intercambiação de mercadorias, particularmente ouro, gado, gêneros de subsistência e manufaturas, as maiores responsáveis pelo fabuloso fluxo populacional, não só de colonos radicados e nascidos na América Portuguesa como também de um grande número de reinóis, que, antecipando à Corte Joanina, afluíram para a Colônia em busca de condições mais propícias de enriquecimento (ARAÚJO, 2000, p. 83).

A percepção de que os laços coloniais estavam se rompendo fez com que as diferenças e privilégios entre uma minoria de portugueses do reino e a imensa maioria dos *homens da terra* se explicitassem em definitivo. Apesar de que, a reorganização de um novo poder central no recôncavo baiano, através da criação da junta provisória de governo de Cachoeira, em 6 de setembro de 1822, subordinada ao príncipe regente, D. Pedro de Alcântara, conteve os ânimos daqueles que, por algum momento, pretenderam inverter e/ou ampliar o poder político herdado do modelo colonial. É o que pretendemos demonstrar através da análise da correspondência mantida entre as autoridades sertanejas e o novo governo instalado na vila de Cachoeira, entre outros documentos produzidos no período.

No dia subsequente à sua criação, o Conselho Interino enviou uma circular às câmaras, aos coronéis e capitães-mores da província baiana, garantindo o poder de mando às antigas autoridades que aderissem e jurassem fidelidade à junta de Cachoeira e ao príncipe constitucional do Brasil. No entanto, o Conselho Interino, procurando estabelecer sua autoridade enquanto novo órgão de governo da província, deixou subentendido que aceitaria em sua direção um representante por cada vila que anteriormente haviam proclamado a regência constitucional de D. Pedro, conforme atestou a mesma circular:

[...] o Conselho Interino de Governo desta província [...] composto de um deputado por cada uma das vilas que até a sua instalação têm aclamado a Regência Constitucional [...] o Sr. D. Pedro de Alcântara, protetor e defensor perpétuo deste reino do Brasil; e em data de hoje, expediu à câmara dessa vila o uso para que em dia certo, defira a todos os empregados públicos e a vossa senhoria, o devido juramento [...] para que [...] depois de o haver prestado nas mãos do presidente desse senado, o defira a oficialidade do seu

comando [...] ³⁹

O Alto Sertão vivenciou aquele momento de extraordinárias transformações político-sociais através da atuação dos diversos segmentos que buscaram defender, reformular e/ou negociar os rumos da política. O poder pessoal e institucional foi freqüentemente questionado e para sobreviver nas mãos dos antigos detentores, ou mesmo de seus representantes imediatos, teve que tecer um amplo e intricado leque de alianças entre os potentados locais e regionais que, indubitavelmente, levou a constituição de dois blocos de poder antagônicos e pré-partidários que se auto-intitulavam “verdadeiros patriotas”, ao mesmo tempo em que denominavam seus opositores de apoiarem ou pertencerem aos bandos dos facinorosos, quando os acusados eram *homens da terra*, ou de ferrenhos inimigos da causa do Brasil e integrantes do “partido português”, quando os adversários eram ou mantinham vínculos com os reinóis.⁴⁰

Traçar o perfil socioeconômico e político desses grupos não é tarefa fácil, seja porque no antigo regime o prestígio e poder advinham da posse da terra, dos cargos da burocracia, das patentes régias, da fortuna familiar ou pessoal, seja porque a maneira de garantir esses privilégios levou a formação de uma plutocracia que almejava e desempenhava, na maioria das vezes, mais de uma função socioeconômica das acima descritas.

É possível afirmar que do lado dos brasileiros se agremiaram os magistrados e militares descontentes com a divisão do poder — que anteviam na emancipação do Brasil possibilidades concretas de ascensão na carreira — os vários funcionários do médio e pequeno escalão da burocracia, a maioria dos proprietários de terra nascidos na América portuguesa, os médios e pequenos comerciantes, os poucos profissionais liberais, sobretudo professores e advogados, alguns reinóis descontentes com a distribuição do poder colonial e, finalmente, a imensa parentela que acompanhava estes segmentos sociais (RODRIGUES, 1975, v. II, NOVAIS e MOTA, 1996, p. 38-43). Por outro lado, em torno do “partido português”, se agregou uma minoria lusa com seus familiares, muitos deles, detentores dos maiores e melhores cargos civis, militares e eclesiásticos, das também maiores e melhores propriedades, dos mais lucrativos ramos de comércio que, inegavelmente, lhes possibilitavam tecer uma tácita articulação tanto com os proprietários de terras e militares que exerciam influências sob os dirigentes da junta provisória de governo em Cachoeira quanto através dos

³⁹ Presidência da província — Registro de correspondência expedidas pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 636.

⁴⁰ Presidência da província — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 637-4.

influentes “homens bons” espalhados pelas principais vilas da província baiana. Para percebermos esse tipo de dinâmica no alto sertão, inicialmente, abordaremos como alguns dos habitantes da vila de Rio de Contas se posicionaram no cenário da guerra de Independência.

Em 17 de outubro de 1822, o capitão das ordenanças da vila de Rio de Contas, Antonio Rocha de Bastos, enviou um ofício ao Conselho Interino comunicando que a população da vila havia ficado ciente sobre a instalação daquele órgão de governo em Cachoeira, disse também que teve conhecimento da portaria do mesmo Conselho que expressamente proibia, desde 19 de setembro, alguém ser preso em nome do Príncipe Regente do Brasil.⁴¹

No dia seguinte, o senado da câmara de Rio de Contas comunicou ao Conselho que, em 20 de julho, estando alguns cidadãos da vila de posse dos jornais *O Constitucional* nº 37 e o *Seminário Cívico* nº 36 com as notícias das aclamações realizadas no Rio de Janeiro e em Pernambuco ao Príncipe Regente e Constitucional do Brasil, o povo da vila, “cheio do mais patriótico entusiasmo”, pretendeu agir do mesmo modo, sendo, no entanto, frustrado pelo ex-juiz de fora e bacharel, Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas, que se arvorou em defensor “da causa pública”, aproveitando a oportunidade para “vingar ressentimentos particulares”. Na madrugada de 14 de agosto, havendo no interior da vila “acima de quinhentos homens armados”, o povo, finalmente, efetivou a aclamação e “instalou um governo, cujos membros foram eleitos à pluralidade de votos”, sendo, por isso, “reconhecido por todas as autoridades eclesiásticas, civis e militares”. O novo senado comunicou também que, antecipando o pedido de ajuda do Conselho, providenciou “oitenta arrobas de pólvora” a um custo de 400\$000 réis e encaminhou para Cachoeira, através da tropa de Manuel de Souza Fogaça. Por fim, avisou que haviam convocado os cidadãos para no dia primeiro de novembro elegerem o representante, o qual a vila tinha direito de enviar àquele novo órgão de governo cachoeirano.⁴²

O comportamento insolente do ex-juiz e bacharel Castro Mascarenhas já havia sido denunciado ao Governo Provisório de Salvador, em 1821, pelo português e ex-escrivão da câmara de Rio de Contas, Joaquim de Souza Tropa, em virtude do então juiz de fora ter mandado prender e tentar assassinar o mensageiro do correio, José Afonso que, vindo da capital da província, trazia consigo as notícias de que, em 10 de fevereiro daquele ano, os baianos da capital adotaram o sistema político proposto pelos liberais do Porto de convocação

⁴¹ Governo da província — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 638-2.

⁴² Presidência da província — Registro de correspondência expedidas pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Data: 8/09/1822. Maço nº 637-7.

das Cortes, em Lisboa, para elaborarem uma constituição, pela qual D. João VI governaria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.⁴³

Segundo Souza Tropa, a difusão daquela notícia na vila do Rio de Contas deixou, por um lado, vários habitantes entusiasmados e, por outro, enfureceu o juiz de fora que não satisfeito com a prisão do mensageiro, tentou assassiná-lo no interior da cadeia, sendo, no entanto, impedido por diversas pessoas. Relatou ainda, que ali mesmo no cárcere, ele e um tenente de nome Fernando mostraram ao juiz uma gazeta da cidade de Salvador, a qual atestava a veracidade dos fatos descritos pelo mensageiro. E que, naquela noite, estando ele, Souza Tropa, e o tenente comemorando o novo regime político da província, recebeu um aviso de que o juiz pretendia prendê-lo, sendo obrigado a refugiar-se em Salvador.⁴⁴

Até aqui tudo leva a crer ter sido o ex-juiz um implacável súdito do antigo regime de Sua Majestade Real, D. João VI. No entanto, num ato surpreendente, ele, juntamente com o capitão da cavalaria de Rio de Contas, José Casimiro de Novais, em 1822, fez parte dos 176 indivíduos que na vila de Cachoeira “juraram fidelidade à causa do Brasil” e assinaram a ata de instalação e posse do Conselho Interino.⁴⁵

A carreira política de Castro Mascarenhas, a partir de então, ganhou projeção. Ainda durante o conflito luso-brasileiro, o Conselho expediu uma portaria nomeando-o para o maior cargo da nova alfândega, ligada ao governo do Rio de Janeiro e localizada na Fortaleza do Morro de São Paulo, o de provedor.⁴⁶ Findada a guerra da Bahia, ocupou a ouvidoria do crime na comarca de Ilhéus⁴⁷ e após a abdicação de Pedro I, Castro Mascarenhas, além de ostentar o título de professo na Ordem de Cristo, se apresentava com o honroso cargo de desembargador e ouvidor geral na junta de relação da província baiana, “com vezes de corregedor do crime da Corte e intendente geral da polícia”.⁴⁸

A ascensão política de um indivíduo como Castro Mascarenhas, que anteriormente à Independência se encontrava no distante sertão baiano, foi impressionante, mas não a única. O nascimento da nação brasileira possibilitou a transmutação dos antigos agentes coloniais espalhados nos mais diversos recônditos da rebelde América Portuguesa em paladinos da pátria (Rodrigues, 1975, vol. II), muitos nutrindo o desejo de se manterem no

⁴³ Governo Provisório — Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo.. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 1821.

⁴⁴ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁵ Governo Provisório — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 638-2.

⁴⁶ Governo da província — Registro de Correspondência expedidas pelo Conselho Interino de governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 636

⁴⁷ Governo Provisório — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822-1825. Maço nº 638.

poder por um lado, e receosos de toda e qualquer movimentação social por outro, permaneceram atentos e tentaram assegurar o que designaram como sendo “a tranqüilidade dos povos”.

A antiga sociedade absolutista, rigidamente hierarquizada e escravista não conseguia mais corresponder às necessidades das elites coloniais que, como tem ressaltado a vertente historiográfica que analisa a dinâmica interna, desde a segunda metade do século XVIII ampliaram as redes de comércio a ponto de propiciar a acumulação de significativas fortunas familiares e pessoais em nomes de colonos radicados e/ou oriundos da América Portuguesa (SALLES OLIVEIRA, 1999, p. 61 e segs.; LENHARO, 1993). Com efeito, o acúmulo de capitais no interior da colônia favoreceu o estreitamento das relações comerciais entre as regiões de fronteiras agrícolas e os centros mais pujantes da economia colonial, possibilitando, do mesmo modo, a formação de uma elite que enxergava nas atividades comerciais meios seguros e concretos de enriquecimento, apesar de que os padrões vinculados à aristocratização fundiária e escravista em bases hierarquizadas continuaram transferindo, proporcionalmente, prestígio e poder aos colonos que se dedicassem à aquisição e conservação de terras e cativos (FRAGOSO, 1998, p. 30-34).

O projeto de nação proposto pelas elites e militares descontentes fora disputado, palmo a palmo, entre os diversos segmentos que compunham a caquética sociedade do antigo regime (ARAÚJO, 2001, p. 19). Todavia, o estatuto popular prognosticado por estes setores impossibilitou a participação efetiva das massas sociais, compostas principalmente da vultosa e itinerante camada de homens livres pobres e pelo imenso contingente de escravos que constituíam a base da mão-de-obra colonial (SALLES OLIVEIRA, 1999, p. 238-242).

Os ideólogos da nação, necessitando criar e manter uma hegemonia que lhes assegurassem a permanência no governo central, regional e local, tentaram envolver os demais segmentos através da eficácia do discurso patriótico que, apesar de enaltecer o desejo de liberdade dos povos, relegava ao segundo plano os anseios de mudança estrutural (SALLES OLIVEIRA, 1999, p. 239-242; REIS e SILVA, 1989, p.79-98). Era preciso, conforme anunciavam, “regenerar a nação”, traída pelo egoísmo português que, nas Cortes reunidas em Lisboa, conjeturavam a imediata recondução do reino do Brasil a simples condição de colônia portuguesa.

As diversas autoridades do Alto Sertão Baiano, durante e após a Independência, para justificarem e escamotearem suas disputas políticas, utilizaram-se do

⁴⁸ Presidência da província. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1831. Maço nº 2713.

imaginário colonial, no que se referia à representação do sertão como mundo distante, desordenado, sem lei, abrigo de todos os espécimes de facínoras (ARAÚJO, 2000) para assim manipulá-lo a favor de determinados interesses de grupos. Desse modo, investidos de autoridade, conduzindo “a espada da justiça” e sob o manto do “sossego público”, os potentados do alto sertão coagiram, perseguiram e prenderam seus opositores.

A vila de Rio de Contas, por exemplo, se transformou em palco da desordem, ou como expressou um contemporâneo, no “teatro da guerra civil”.⁴⁹ Diante do acirramento das disputas políticas e com a justificativa de “restabelecer o sossego público”, aos onze dias do mês janeiro de 1823, o capitão e juiz de fora, José da Rocha Bastos, instaurou uma devassa para investigar e punir aqueles que, segundo tinha notícia, pretendiam, “a qualquer hora”, invadir a vila e seu termo e, com isso, gerar

[...] um grande destroço de mortandade de europeus e brasileiros, assim como um geral saque nos povos; além de roubos de moças donzelas das casas de seus pais, defloração delas, e tiradas violentas de mulheres casadas do poder de seus maridos, praticado tudo isto [...] por pessoas deste mesmo termo [...].⁵⁰

Com essa medida foi iniciada nos foros institucionais uma batalha que, de fato, já vinha sendo travada entre os *homens da terra* e “o partido português”.

A devassa aberta por José da Rocha Bastos inicialmente ouviu vinte e três depoentes que apontaram vários brasileiros como “amotinadores” e “perturbadores do sossego público”. O coronel Joaquim José Ribeiro de Magalhães prosseguiu nas investigações, ouvindo mais vinte e sete depoentes, que também indiciaram brasileiros. Em conjunto, foram colhidos cinquenta depoimentos incriminando brasileiros pelo “desassossego da vila”. Porém, o processo tomou um rumo diferente quando o Conselho Interino de Governo de Cachoeira, mesmo diante da guerra, encaminhou para Rio de Contas uma expedição, composta de um destacamento militar, sob o comando do capitão-mor e ajudante Germano José da Silva Pinto. Nessa expedição, viera o juiz comissário, José Emídio dos Santos Tourinho, que se responsabilizaria por dar continuidade a devassa em andamento e enviar à Cachoeira os “verdadeiros amotinadores” existentes na vila.⁵¹

Municiado de documentos entregues pelo Conselho, o juiz comissário se assenhoreou da devassa e, imediatamente, abriu um sumário de culpa, para o qual convocou

⁴⁹ Presidência da Província — Juízes do Rio de Contas. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1835. Maço nº 2557.

⁵⁰ Autos da devassa (processo mata-maroto e outros). Arquivo Municipal de Rio de Contas, Caixa nº 07, Maço 01, ano:1823.

⁵¹ Ibidem, loc. cit.

mais oito depoentes. Os novos depoimentos inocentaram os brasileiros, imputaram as culpas das desordens aos “intrusos europeus” e seus representantes e atestaram a presença de “presos políticos” em Rio de Contas, naquele momento, sob o controle dos mandatários vinculados aos lusitanos.⁵²

Estes documentos ilustram bem a tensão política vivenciada pela população da vila e seu termo, seja pelas informações apresentadas sobre cinquenta e oito depoentes (naturalidade, ocupação, idade, cor da pele), seja pela exposição de detalhes circunstanciados do cotidiano do Alto Sertão durante a guerra de Independência (população em armas, presença de escravos armados em companhia de homens livres, intrigas pessoais, denúncias de roubos, falsidade de letras comerciais etc), revelando a dimensão do conflito luso-brasileiro. Nessa perspectiva, destacamos alguns fragmentos dos testemunhos constantes nos autos do processo que evidenciam o que vimos discutindo.

Manuel de Almeida, por exemplo, português, proprietário de terras, negociante e residente no termo de Rio de Contas declarou que alguns habitantes da vila e adjacências abandonaram as casas e fugiram para o mato com receio do padre Antonio Firmino Severino da Silva e suas “massas de assassinos” que saíram da vila de Rio de Contas em direção à vila de Cachoeira, afirmando que iriam reunir “forças para [...] os seus projetos, e porque não foram atendidos voltaram a unir-se aos que aqui tinham deixado e com estes formaram uma tal revolução que [...] as autoridades [...] souberam sufocar”.⁵³

Já o escrivão da câmara, José Hipólito Pereira de Lemos, declarando-se pardo, natural da província de Goiás, 43 anos de idade, residente na vila de Rio de Contas, assegurou que o ajudante Antonio Firmo Vieira Célio, Manuel Rodrigues de Moura, o capitão Manuel Severino da Silva, o alferes e tabelião, José Antonio Severino da Silva e José Joaquim Barbosa foram conduzidos à cadeia da vila, entre os dias 11 e 13 de janeiro de 1823, por escolta armada e comandada pelos europeus Antonio Ribeiro de Magalhães, Manuel de Souza e Silva e João Nunes de Souza, todos pertencentes ao mesmo “partido”.

Para Hipólito, a causa daquelas prisões advinha de vinganças pessoais, pois os mencionados presos foram, ou pretendiam, queixar-se ao Conselho Interino contra algumas autoridades da vila “pela desgraça da morte do cidadão brasileiro, José Honório [de Moura e Albuquerque]” após este ter declarado, em uma sessão da câmara, que o antigo governo, ao qual pertenciam àquelas autoridades, estava extinto. Diante da possível denúncia, as autoridades portuguesas e “outros do seu partido”, não encontrando motivo legal para

⁵² *Ibidem*, loc. cit.

⁵³ *Ibidem*, loc. cit.

silenciarem os opositores, difundiram um boato de que naquela vila e seu termo existiam pessoas, inclusive àqueles presos, “armando séquito” para roubarem, matarem e desonrarem as famílias dos “europeus e brasileiros que tivessem dinheiro”. Todavia, para ele testemunha, “os sobreditos presos não eram capazes de semelhantes atentados”, pois “eram homem probos [...] tanto assim que nas ocasiões das suas prisões não fizeram a mínima resistência”.⁵⁴

Em 20 de fevereiro, o tenente-coronel Manuel Joaquim Pereira de Castro requereu em petição a guarda dos presos, contra os quais se procedia a devassa, argüindo que aqueles

honrados patriotas estavam sofrendo à prisão numa cruel masmorra sem terem cometido culpa alguma [...], quando se sabe [...] que tudo isto procedeu por serem [...] amantes da nossa santa causa do Brasil e terem tomado a justa aversão contra todos os infames europeus madeiristas [...].⁵⁵

Afirmou ainda que os mencionados presos foram reclusos antes de se haver concluído a devassa, portanto, em “situação completamente irregular”. O raciocínio de Pereira de Castro procedia, pois a devassa fora instaurada em 11 de janeiro, no mesmo dia, portanto, que iniciaram as prisões, sendo que não existia nenhuma acusação formal que justificasse tal procedimento, mesmo porque só no dia 14, efetivamente, fora inquirido os primeiros depoentes.

Os presos requeridos foram entregues, sob fiança, a Pereira de Castro para os conduzirem à Cachoeira, mediante requerimento do Conselho Interino.⁵⁶ Todavia, em 14 de março, o juiz comissário, Santos Tourinho, julgou a devassa “nula” e sem “nenhum efeito”, considerando apenas os episódios como “[...] sonhados crimes de roubo de donzelas, saques e mortes” e ordenou que os envolvidos fossem “postos em plena liberdade”. Determinou ainda que o escrivão riscasse do rol de culpados os nomes destes cidadãos que, para ele, agiram em defesa da “Independência Brasileira”.⁵⁷

Entretanto, até o dia 25 de março, o Conselho Interino não havia sido completamente informado sobre o trâmite da devassa, tanto assim que despachou uma portaria informando estar ciente que os envolvidos “nas comoções da vila de Nossa Senhora das Minas do Rio de Contas se acham, apesar das ordens e recomendações feitas, a esmo encarcerados e em ferros [...] sem que se tenha tomado em consideração o grau de suas

⁵⁴ Ibidem, loc. cit.

⁵⁵ Ibidem, loc. cit.

⁵⁶ Ibidem, loc. cit.

⁵⁷ Ibidem, loc. cit.

culpas [...]” ordenando, por isso, a todas as autoridades civis e militares, e particularmente ao juiz encarregado da “devassa política”, para não manterem “cidadão algum em ferros, mas tão somente em custódia”⁵⁸ até ser determinado o contrário, através de

sentença judicial, ou por ordem do Governo, tendo em sala livre os de menores culpas e nas salas fechadas os de maiores, e por último na enxovia aqueles que assim devem ser presos, tudo segundo os mais decididos exames, e guardados os foros e privilégios sociais, que ainda não estão [...] competentemente derogados. [...].⁵⁹

No mesmo dia, Santos Tourinho comunicou ao Conselho que diante das “insanáveis nulidades” encontradas na devassa política resolvera proceder a uma outra, à qual pretendia apontar ‘os verdadeiros amotinadores’.⁶⁰ O Conselho, por sua vez, requisitou a presença do juiz comissário em Cachoeira, assim que a nova devassa fosse concluída, porém, ressaltou a necessidade daquele juiz manter os povos da vila na maior tranqüilidade que se pudesse proceder.⁶¹

A preocupação de Santos Tourinho em distinguir quem eram os autênticos sublevadores na vila de Rio de Contas evidencia a dificuldade dos integrantes do novo governo em reconhecer as intenções de algumas autoridades que, diante da perspectiva da Independência, se metamorfosearam de leais súditos de Portugal — através de um juramento realizado à distância e entre pares — em aguerridos defensores da pátria. O projeto que se delineava para o Brasil-Nação deixava antever, para os mais habituados com as reentrâncias do poder, até que ponto as rupturas sociais alterariam as permanências do antigo regime, e isto era reconfortante para a privilegiada minoria que se acostumara a controlar os principais cargos de poder (SALLES OLIVEIRA, 1999, p. 197-217).

Não obstante a dificuldade em se identificar e processar os responsáveis pelas comoções políticas, em fins de março de 1823, o comandante da expedição militar estacionada em Rio de Contas prendera alguns daqueles que apoiavam ou pertenciam “ao partido europeu”. Entre os novos presos se encontrava o capitão-mor José da Rocha Bastos, anteriormente responsável pela devassa anulada, os portugueses Antonio de Souza Oliveira

⁵⁸ Ministério da Justiça. A junta governativa da Bahia e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975, p. 30.

⁵⁹ Ibidem, loc. cit

⁶⁰ Governo Provisório — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 637-4.

⁶¹ Governo Provisório — Registro de correspondência expedida. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 1620.

Guimarães, Antonio Joaquim da Silva Pereira e José de Oliveira Rego, natural da Ilha dos Açores.⁶²

O brasileiro José da Rocha Bastos, dizendo-se “bom patriota”, afirmara, em 22 de março, que fora preso em sua fazenda por ordem do Conselho Interino e lançado na enxovia, “exposto a todos os detrimentos e torturas”. Dentre as privações, enfatizou que arbitrariamente retiraram-lhe os foros jurídicos, os quais tinha direito por ser capitão e guardador. Argumentou ainda que não possuía “outra culpa, se não a de cair no desagrado dos malfeitores” que infestavam a referida vila e pretendiam puni-lo, a ponto de cometerem “o sacrilégio político” de envolver “os negócios da Pátria” em “vinganças particulares”.⁶³

O juiz comissário, no entanto, em 18 de abril, informou ao Conselho que José da Rocha Bastos fora preso “por ter se associado ao partido europeu”. Segundo Santos Tourinho, a informação de que o suplicante estivesse sob tortura era falsa e que só o prendera na cadeia da vila por não haver outra prisão para mantê-lo em custódia. Afirmou também que, em respeito à representação enviada pelo colégio eleitoral da vila, o mesmo requerente foi posto em liberdade afiançada até que se concluísse a devassa.⁶⁴ Na mesma ocasião o juiz comissário remeteu ao Conselho as apelações dos presos José de Oliveira Rego e Antonio Joaquim da Silva Pereira.⁶⁵

Oliveira Rego assegurou que há 37 anos morava na vila do Rio de Contas, onde estivera “empregado nos lugares públicos mais preponderantes” e se tornara adepto à Independência. Todavia, conforme declarou, a propensão malévola dos seus adversários encontraram “nos negócios públicos meios para se vingarem de ofensas particulares” levando-o a ser preso, na enxovia, sem observação aos foros jurídicos estabelecidos e formação de culpa.⁶⁶

Já o português, Silva Pereira, afirmou que aportara no *Brasil* com onze anos de idade, indo residir na província de Goiás, “por isso, longe de poder envolver-se naqueles partidos que naturalmente se envolvem os moradores de beira-mar”. Ali no “centro do continente” se dedicou ao “simples exercício de mascatear”. No entanto, há pouco tempo se fixara em Rio de Contas, ocupando a função de feitor na fazenda St^a. Apolônia, pertencente a Antonio Rocha de Bastos, e que ali fora preso por ordem do Conselho Interino, sem saber ao

⁶² Governo da província — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 637-4.

⁶³ *Ibidem*, loc. cit

⁶⁴ *Ibidem*, loc. cit

⁶⁵ *Ibidem*, loc. cit

⁶⁶ *Ibidem*, loc. cit

certo qual o motivo da prisão, até porque se alguém analisasse seus “atributos e qualidades”, veria a sua incapacidade para “envolver-se em negócios políticos”.⁶⁷

O juiz comissário, por seu turno, afirmou ao Conselho que tanto o antigo funcionário real quanto o feitor foram presos diante das informações de que ambos haviam participado “do partido europeu”. Todavia, o primeiro obtivera a liberdade afiançada até que se concluísse a devassa, pois dera mostras de que se encontrava enfermo, ficando, portanto, preso o feitor português que, talvez por estar ciente da sua posição social, já antecipara a falta de habilidade para se comprometer com “negócios políticos”⁶⁸ e também o português Oliveira Guimarães descrito pelo juiz comissário como um homem idoso, pacato e muito doente. Ainda assim, Santos Tourinho não autorizou relaxamento de prisão para o mesmo.⁶⁹

Manter qualquer autoridade encarcerada na vila de Rio de Contas era um desafio, devido principalmente ao estado precário de uma cadeia que, até então, só servira para isolar escravos fugitivos, facínoras, soldados desertores, pequenos infratores que, em seu conjunto, constituía uma enorme gama de homens livres pobres, freqüentemente tangidos para as bordas do sistema colonial (MELLO E SOUZA, 1982). Para Santos Tourinho, a cadeia da vila não possuía “segurança alguma”, tanto assim que alertou ao Conselho que a guarda responsável pela vigilância da prisão era composta de homens inescrupulosos, sem nada a perder e, por isso, não estranharia se ela tentasse qualquer fuga com aqueles presos.⁷⁰

A convulsão social experimentada pela vila de Rio de Contas nos momentos iniciais da Independência não foi uma especificidade local, pois atingiu as demais vilas do interior da província baiana, como pode se verificar na documentação referente a Caetité, Jacobina, Urubu (Paratinga), Barra do Rio de Contas (Itacaré), entre outras. Todas afastadas do eixo central da guerra luso-brasileira.

Em 4 de agosto de 1824, após a guerra, o presidente da província, Francisco Vicente Vianna, alertou as autoridades do alto sertão sobre a necessidade de prender e enviar à capital “alguns portugueses revoltosos” que na vila de Caetité, auxiliados por “facinorosos”, perseguiram, maltratavam e espancavam cidadãos pacíficos, os quais as autoridades tinham o dever de proteger.⁷¹ Vicente Vianna dizia-se também impossibilitado para enviar um destacamento composto de milicianos de 1ª linha, a exemplo do que se encontrava estacionado na vila do Rio de Contas, tanto pelas despesas para efetivar essa expedição,

⁶⁷ Ibidem, loc. cit

⁶⁸ Ibidem, loc. cit

⁶⁹ Ibidem, loc. cit

⁷⁰ Ibidem, loc. cit

quanto pelo número insuficiente de milicianos na capital,⁷² recomendando ao alferes José Francisco Cabussú, comandante do destacamento de Rio de Contas, que auxiliasse as autoridades da vila de Caetité para conter os facinorosos.⁷³

Desde 20 de setembro de 1822, a vila de Caetité contribuía para a manutenção do Exército Pacificador com uma subscrição voluntária que ultrapassou a quantia de dois contos de réis, como também doações de fardos de algodão entregues no porto de São Félix às custas dos próprios doadores.⁷⁴ Pouco tempo depois, o Conselho era informado que, de imediato, receberia treze arrobas de pólvora, além de cem mil réis, enviados pela população daquela vila.⁷⁵

No arraial da Conquista, àquela época pertencente ao termo de Caetité, o capitão-mor Antonio Dias de Miranda enviou um ofício ao Conselho Interino, em 8 de outubro de 1822, expressando a sua adesão à Independência do Brasil. Comunicou ainda que, utilizando seu poder e prestígio, reuniu todo o povo do arraial e, em ato solene, aclamou o príncipe regente como “Protetor e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil” e, por fim, afirmou:

Tenho deliberado fazer descer deste sertão de quinze em quinze dias dois lotes de gado, um para essa vila e outra para a povoação de Nazaré o que continuarei a fazer enquanto nos largos destes sertões houver bois capazes de descerem e por Vossas Excelências me não for determinado o contrário (Apud SOUSA, 1998).

Antonio Dias de Miranda era brasileiro, embora seu pai, João Gonçalves da Costa, fora um prestigiado português que fundara o arraial da Conquista e durante toda a sua vida se dedicara ao engrandecimento da Coroa, à qual, por sua parte, lhe retribuiu a fidelidade com doações de extensas faixas de terras, posteriormente, transferidas aos seus filhos (SOUSA, 1998). O capitão-mor da Conquista expressamente confessou que por algum tempo se manteve inseguro diante da Independência do Brasil, somente se definindo após ter recebido, por parte do Conselho, os decretos e manifestos de aclamação do Príncipe Regente D. Pedro que, conforme disse, “não só me desviou da ambigüidade em que me achava, manifestando-me o verdadeiro trilho da justíssima causa que devo seguir, mas também me encheu de tão grande júbilo e contentamento” (Apud SOUSA, 1998).

⁷¹ Governo da província — Registro de Correspondência expedidas. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1824. Maço nº 1621.

⁷² Ibidem, loc. cit

⁷³ Ibidem, loc. cit

⁷⁴ Governo Provisório — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 3792.

⁷⁵ Governo Provisório — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 637-4.

A partir de então, o Conselho Interino e o capitão-mor da Conquista teceram um relacionamento de confiança mútua, tanto assim que recebera do Conselho o comunicado de que era extremamente necessário “fazer ao inimigo toda a guerra, principalmente, negando-lhe víveres, como gado e farinhas”, e para isso deveria aquele capitão-mor “por tantos títulos reconhecidos”, e “verdadeiro brasileiro”, concorrer com o que fosse possível. De imediato, o Conselho lhe atribuiu a importante tarefa de encaminhar “para baixo”, ou seja, para o recôncavo, a maior quantidade de gado possível para que a população pudesse ser suprida de carnes.⁷⁶

Em 3 de novembro, o Conselho Interino agradeceu, em nome do Príncipe Regente a “notória adesão e [...] o fornecimento de gados” prestados pelo capitão-mor da Conquista à causa da Independência. Mas não se fez de rogado, pois logo asseverou:

[...] O mesmo Conselho vai agora exigir de novo de vossa senhoria, como outra prova de seu amor pela nossa ainda oprimida Pátria, que faça marchar do seu distrito para esta vila quatrocentos homens armados de espingardas e comandados pelo sargento-mor Raimundo [Gonçalves da Costa] em quem o Conselho supõe toda a aptidão e necessária atividade, medida esta assaz proveitosa e urgente na atual crise em que se está organizando o Exército Pacificador.⁷⁷

Procurando superar as dificuldades impostas a um “território em si pequeno e de pouca gente”, Antonio Dias de Miranda informou ao Conselho que reuniu “os habitantes do centro desta Conquista [...] que por afeto, criação e antigo costume respeitam-me”, aos quais lhes apresentou as solicitações advindas daquele órgão de governo e, imediatamente, assinalou o dia em que deveriam marchar para Cachoeira todos os homens que pudessem “pegar em armas”, sob o comando do seu irmão, o sargento-mor, Raimundo Gonçalves da Costa. Não havendo, segundo ele, “a menor repugnância” entre a população do arraial em cumprir as determinações do Conselho e que aquela “gente” só ainda não marchara por causa “do rigoroso inverno” que atingiu à região, impedindo, inclusive que se juntasse gado para a sustentação das tropas.⁷⁸

Mesmo diante de tais obstáculos, o capitão-mor da Conquista conseguiu enviar cinquenta soldados que foram recebidos em Cachoeira pelo Conselho Interino em 19 de janeiro de 1823.⁷⁹ O destino e a identificação dos soldados que partiram da Conquista da Ressaca para combater as tropas lusitanas ainda

⁷⁶ Presidência da Província — Registro de Correspondência expedida. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 1618.

⁷⁷ *Ibidem*, loc. cit

⁷⁸ Governo Provisório — Capitães-mores da Conquista. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822. Maço nº 423.

constitui uma incógnita. No entanto, podemos afirmar que entre eles seguiram o próprio capitão-mor, Antonio Dias de Miranda e dois dos seus irmãos: o sargento-mor Raimundo Gonçalves da Costa e o ajudante Manuel Gonçalves da Costa.⁸⁰

Procuramos ao longo deste texto demonstrar que a Alto Sertão participou efetivamente da expulsão das tropas lusitanas da Bahia e vivenciou intensamente o surgimento do Brasil-Nação, se envolvendo em disputas políticas e ideológicas que criaram e distinguiram, mesmo de forma embrionária, as estruturas partidárias, nas quais foram se aglomerando favoráveis e contrários ao processo de recolonização. As contradições políticas ocorreram tanto entre os portugueses, como entre os *filhos da terra*. E se a resistência portuguesa se verificou sobretudo na capital da província, no Alto Sertão, especificamente, ela assumiu outros contornos, subsistindo escamoteada, tentando assegurar seu vínculo ao poder institucional. Em síntese, durante a desagregação da América Portuguesa o Alto Sertão foi palco de intensas disputas patrocinadas pelos potentados locais, manifestando outras facetas da história política da Bahia oitocentista.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: O Sertão e o sertanejo nos tempos Coloniais. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000, p. 45-91.
- ARAÚJO, Ubiratan de Castro. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO/UFBA, 2001.
- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1824**. 2 ed. São Paulo: 1993.
- MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- NOVAIS, Fernando. Antonio e MOTA, Carlos Guilherme. **A Independência política do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência do Brasil. In: ———. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.
- RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução — A evolução política — vol. II**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena L de. **A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: EDUSC e ÍCONE, 1999.

^{79 79} Governo Provisório — Correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1822-1825. Maço nº 638.

⁸⁰ Governo da província — Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Ano: 1823. Maço nº 637-7.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca:** povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Belo Horizonte: UFMG (dissertação de mestrado), 1998.